

É a eleição para a

DCCL?

Com a Lei 13.570 já assinada, o que falta para que as regras da Eleição para Diretor Comercial da Celesc sejam aprovadas e divulgadas?



A PESO DE OURO

Eletrosul está encantada com o conto das SPE's

pg. 2

NA CONTRAMÃO DA CONCESSÃO

Aumento da PLR dos Diretores contraria discurso de responsabilidade

pg. 2-3

TRIBUNA LIVRE

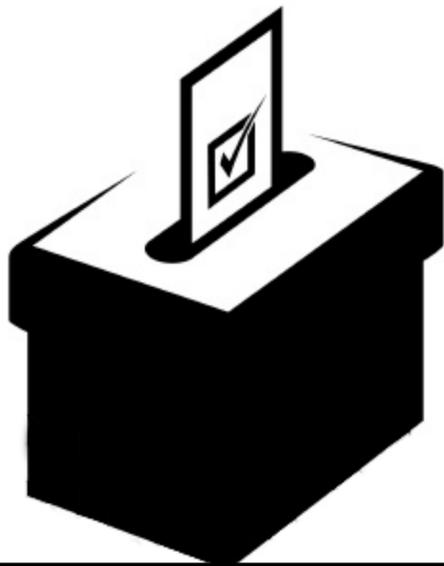
"Tenho pena de esnobes que se negam a dialogar com quem não estudou"

pg. 3



E A ELEIÇÃO PARA A DIRETORIA COMERCIAL?

Com a Lei 13.570 já assinada, o que falta para que as regras da Eleição da Diretoria Comercial da Celesc sejam aprovadas e divulgadas?



Com a assinatura do novo Acordo de Acionistas anexo à Lei 13.570, em dezembro de 2015, por Governo do Estado e Celos, uma série de direitos dos trabalhadores foi assegurada. Uma delas, em especial, tem profundo impacto na vida dos celesquianos: a eleição para Diretoria Comercial. Definida ainda em 2005, durante o debate da desverticalização, a eleição para Diretoria Comercial é a única oportunidade que os trabalhadores têm de escolher entre seus pares, um diretor da empresa. Mais do que o poder da escolha, a eleição é uma forma de valorizar os celesquianos, reconhecendo sua capacidade e responsabilidade em gerir uma das mais importantes áreas da empresa.

A eleição sempre foi alvo de críticas e ataques. Ao passo que acionistas minoritários sempre tentaram impedir sua realização, pondo dúvidas sobre a validade da Lei, teve também um ex-presidente que se manifestou contra a eleição, tentando fazer com que o Diretor Comercial também fosse indicado pelo Governo.

O fato é que a eleição para Diretor Comercial é um evento consolidado na empresa. Após 3 processos eleitorais realizados, chegou a hora de um novo pleito. Mas então, onde estão as regras da eleição? Por que a Diretoria ainda não se mobilizou neste assunto?

O mandato do atual diretor se encerra neste mês. Como em anos anteriores, onde as constantes investidas contra a eleição atrasaram o processo, o mandato do Diretor comercial deverá ser estendido, conforme definido no estatuto da Celesc, até a realização da eleição. Mas, se neste ano não temos investidas ideológicas contra a eleição, o que explica a inércia da Diretoria da Celesc em levar ao Conselho de Administração as regras para a eleição, já que este, obrigatoriamente, precisa referendá-las? Em uma conta rápida, até abril temos apenas 2 meses. Os trabalhadores que se dispuserem a correr terão que ter um tempo hábil para levantar a documentação exigida para a inscrição de candidatura, que não é pequena. Também é preciso que

os candidatos percorram as Agências Regionais e Escritórios, conversando com os trabalhadores e apresentando propostas, principalmente em um momento tão importante para a empresa, como este de adequação às regras para manutenção da Concessão.

O lógico seria que a Diretoria tivesse apresentado ao Conselho as regras para eleição ainda no ano de 2015. Entretanto, na última reunião do CA, realizada nesta quarta-feira, dia 27 o assunto novamente não foi posto na pauta. Para os sindicatos da Intercel, é preciso que o processo seja conduzido com mais rapidez. As regras precisam ser aprovadas e editadas e é obrigação da Diretoria encaminhá-las para apreciação do Conselho de Administração da empresa na reunião de fevereiro, dando tempo suficiente para a realização do pleito e para garantir que o novo Diretor seja referendado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de abril. Para garantir os direitos dos trabalhadores, estamos atentos e mobilizados pela eleição da DCL.

ELETROSUL

A PESO DE OURO

Eletrósul está encantada com o conto das SPE's

A Eletrósul atualmente está encantada com o conto das Sociedades de Propósito Específico (SPE's) que são empresas subsidiárias, pessoas jurídicas diferentes, onde a Eletrósul pode ter até 100% de participação acionária e mesmo assim ter as vantagens de seguir a legislação na condição de uma empresa privada.

A Eletrósul conta atualmente com 18 SPEs. Uma SPE é formada para realizar uma obra específica, em teoria, mas não se restringe a isto. As SPE's perduram por mais tempo, entrando em outros empreendimentos diversos (sem perder o Específico da sigla), inclusive tendo participações acionárias em mais SPE's.

Como são privadas juridicamente, as SPE's não necessitam seguir a lei de licitações (Lei 8.666/93) e nem realizar concurso público para preenchimento das vagas. Isso torna seu funcionamento muito mais prático e menos burocratizado, permitindo a contratação direta de materiais, serviços e empregados. Com isto, sua estrutura pode ser mais enxuta, com menores custos.

Observando essa liberdade para contratação, algumas das SPEs além de contratarem parentes de funcionários e indicados pelo partido no poder, também decidiram contratar um diretor a peso de ouro. Este diretor faz parte da diretoria em três SPE's, recebendo o valor de R\$31.980,00, em valores de 2012. Numa quarta SPE, a remuneração mensal é variável e era de até R\$159.900,00. Os valores apurados são de 2012 pois não conseguimos acesso a valores mais atuais, afinal, as SPE's não são obrigadas a cumprir as regras da lei de transparência (Lei 12.527/11).



CELESC

NA CONTRAMÃO DA CONCESSÃO III

Aumento da PLR dos diretores contraria discurso de responsabilidade para alcance das metas da concessão

A prorrogação da concessão da Celesc deixou de ser um desejo e passou a ser uma realidade no final de 2015. Com o contrato assinado, as regras impostas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ficaram ainda mais importantes. Com metas de qualidade dos serviços prestados à população e metas financeiras da empresa, o ano de 2016 deve ser de muita luta para os trabalhadores. Afinal de contas, além de progressivamente ter que melhorar os indicadores de qualidade (Dec e Fec), a empresa deverá apertar ainda mais a negociação coletiva, buscando reduzir custos às custas dos direitos dos trabalhadores.

Este é um momento de mudanças na Celesc e no setor elétrico. A lógica do mais com menos deve vir com ainda mais força pelos próximos anos. Mas que lógica é essa? A julgar pela discussão da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos diretores é essa: Mais para Diretoria e Acionistas e menos, muito menos para os trabalhadores.

No final de 2015, na última reunião do Conselho de Administração da Celesc veio o golpe. Na discussão do Contrato de Gestão novamente a diretoria da empresa apresentou a proposta de aumentar sua própria PLR para o limite de 6 salários. Apesar de apresentada pela Diretoria de Planejamento, a responsabilidade sobre esta irresponsabilidade é de todos os diretores, pois ela foi debatida e aprovada em reunião de diretoria colegiada. Para os sindicatos da Intercel, a PLR dos diretores já era imoral quando tinha como limite 5 salários, uma vez que a média recebida pelos trabalhadores não ultrapassa os 3 salários. Durante 2015 nos manifestamos várias vezes e essa mesma proposta foi rejeitada no Conselho. Além disso, em todas as Assembleias Gerais Ordinárias (AGO's) da Celesc os sindicatos se manifestam, registrando em ata voto contrário à remuneração dos diretores, por conta da PLR dos diretores. Mas agora a questão é ainda mais séria e preocupante. Afinal de contas, como a diretoria tem sempre

ressaltado, estamos em um momento crítico onde precisamos nos adequar às regras da Aneel para manter a concessão. E aí a Diretoria vai na contramão do discurso. Na contramão da concessão.

"No final de 2015, na última reunião do Conselho de Administração da Celesc veio o golpe. Na discussão do Contrato de Gestão novamente a diretoria da empresa apresentou a proposta de aumentar sua própria PLR para o limite de 6 salários"

de cima? Como entender que Garantia de Emprego, anuênio, gratificação de férias e licença prêmio, tidos como excesso pelos acionistas minoritários, serão atacados quando é "normal" que um diretor ganhe até R\$ 180 mil de PLR. O aumento vergonhoso da PLR dos diretores põe em risco a real necessidade de se adequar às regras da concessão.

Este é um momento delicado e os celesquianos precisam sim ter consciência. Novamente os sindicatos da Intercel votarão contra a PLR dos diretores na AGO que deve ser realizada até o fim do mês. Que os trabalhadores fiquem atentos e mobilizados. Este é só o começo de um ano de muita luta.

ERRATA

Na edição nº 1298 do Linha Viva, o texto "O gato, a lebre e o capitalismo" foi atribuído à Flávio Cruz quando, na verdade, foi escrito por José Carlos Peliano, para o portal Carta Maior.

TRIBUNA LIVRE

TENHO PENA DE ESNOBES QUE SE NEGAM A DIALOGAR COM QUEM NÃO ESTUDOU

por Leonardo Sakamoto

Há um certo comportamento esnobe de setores mais intelectualizados de nossa classe média que participam do debate público, independente se progressistas ou conservadores, que ignoram um interlocutor logo de cara diante de sua falta de formação acadêmica ou de sua incapacidade de articular ideias sob o rigor das próclises, ênclises e mesóclises da norma culta. Julgam, dessa maneira, a forma antes do conteúdo, jurando que vivemos uma pós-modernidade na qual forma e conteúdo são a mesma coisa. Ou, pior: que certas narrativas não merecem ser consideradas porque não receberam previamente um "like" da casta iluminada.

Isso me lembra de uma reflexão que havia escrito há algum tempo e que retomo neste espaço. Algumas das pessoas mais sábias que conheci são iletradas. E alguns dos maiores idiotas têm doutorado. Às vezes, mais de um. Significa que os iletrados são melhores que os doutores? Não. Então, o contrário? Também não.

O nível de escolaridade e a forma através da qual uma pessoa se expressa muitas vezes é irrelevante frente ao conteúdo que pode agregar a uma discussão. Isso pode fazer diferença na maneira como ela é respeitada ou não por determinados grupos sociais ou como esse discurso viraliza em redes. Mas não deveria alterar o julgamento sobre o que ela pensa.

Se ela conseguiu fazer com que os outros a entendam, ótimo, fez-se a comunicação. Muita gente não percebe isso ainda e desvaloriza a opinião do outro porque este separou sujeito e predicado com vírgula. Mesquinhará pura. Isso quando não oprimem quem não sentou em bancos de escola.

Mas o que esperar de uma sociedade em que pipocam pessoas que desconsideram o interlocutor por não saber acertar uma concordância verbal ou conjugar um verbo?

– Meu Deus! Você não sabe flexionar o verbo "funhunar" no futuro do subjuntivo? É um desqualificado ignorante que merece meu desprezo...

E na qual o domínio da norma culta (que é importante para determinados espaços) é alçado à condição de passaporte para a participação nas discussões sobre o destino do mundo. A língua é construída pela boca das pessoas no cotidiano. É dinâmica, em constante mutação e, para sobreviver, não precisa de formalismos – que são exatamente isso, construções, muitas vezes definidas pelo grupo hegemônico. Como dizer que uma pessoa que nasceu e cresceu falando português e sempre se fez entender está errada?

Dizer que um pescador, um vendedor ambulante, a vendedora do tabuleiro de doces, uma quilombola ou ribeirinha ou um operário da construção civil que não usem a norma culta "desconhecem a própria língua" não é uma ação pedagógica e sim um ato político.

Excludente.

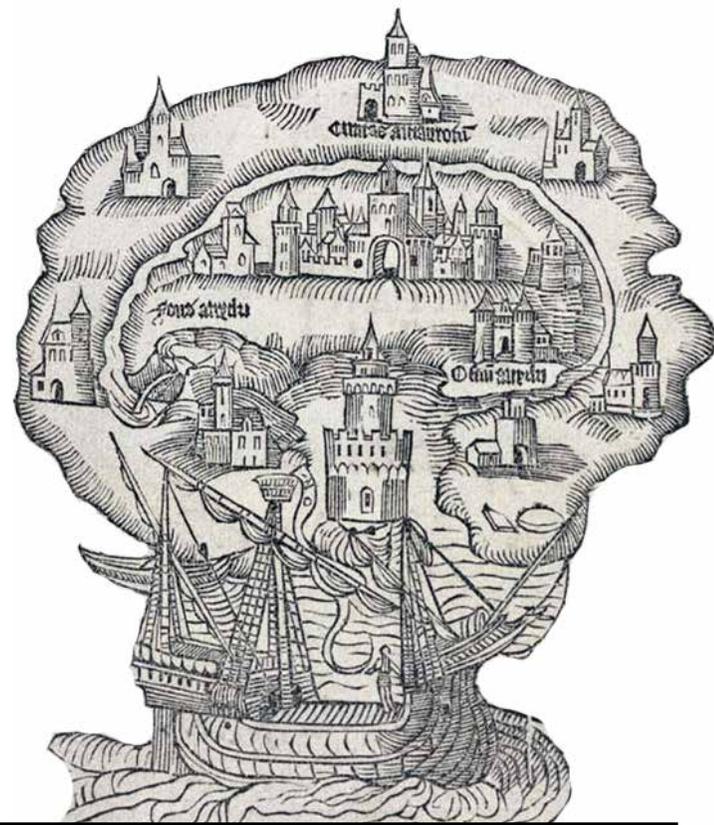
Que usa uma justificativa supostamente técnica para manter do lado de fora dos debates sobre o futuro a maior parte da sociedade brasileira. A quem interessa a manutenção desse comportamento? A quem está no poder e, muitas vezes, usa a língua como instrumento de coerção. Que faz o restante – que não foi chamado para o Grande Rega-Bofe – acreditar que política é coisa de gente culta, estudada, com pós em algum lugar com câmbio a R\$ 4 ou mais. E, portanto, melhor eles ficarem de fora e só entrarem para encher as taças de vinho ou trazer os canapés.

Por isso, não seja niilista: defenestre – de forma paradigmática – quem maquiavelmente oblitera a democracia por diletantismo ou dolo. Traduzindo: dê uma banana a quem não quer que você entenda nada.

Leonardo Sakamoto é jornalista e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Cobriu conflitos armados em diversos países e o desrespeito aos direitos humanos no Brasil. Professor de Jornalismo na PUC-SP e pesquisador visitante do Departamento de Política da New School, em Nova York, é diretor da ONG Repórter Brasil e conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão.

A Utopia necessária

por Luis Felipe Miguel



Em 2016, são comemorados os 500 anos da redação de *A Utopia*, de Thomas More. Verdadeiro best-seller na sua época, o livro legou a nós uma palavra – o não lugar ou o lugar feliz, graças à etimologia dupla presente nela – e também uma forma de pensar. Participa da coincidência histórica que fez com que, em curto espaço de tempo, no começo do século XVI, um conjunto de obras e eventos redefinisse nossa compreensão da política: em 1513, com *O príncipe*, Maquiavel assentou as bases do entendimento moderno e contemporâneo dos dilemas envolvidos na relação entre moral e política. Em 1517, Martinho Lutero realizou o gesto inaugural da reforma protestante, ao afixar suas 95 teses sobre a venda de indulgências na porta da Catedral de Wittenberg, desencadeando o processo que levaria à separação entre Igreja e Estado, que é crucial para a política contemporânea e, em particular, para a própria possibilidade da democracia.

A obra de Thomas More apresenta outra faceta desta redefinição da política, ao enfatizar os elementos de indefinição e de liberdade na maneira pela qual homens e mulheres produzem sua vida em sociedade. Quando, na segunda parte do livro, o narrador descreve um mundo organizado de forma diferente, na Ilha de Utopia, o que ele está dizendo a seu público é que a sociedade não precisa ser obrigatoriamente do jeito que é. Muitas das instituições que More descreve parecem pouco atraentes para leitores contemporâneos. Há excessivo controle sobre a vida privada, com escassa liberdade individual. As relações entre os sexos eram revolucionariamente simétricas para a época em que *A Utopia* foi escrita, mas muito longe da igualdade que reivindicamos hoje. Existe trabalho escravo, única maneira que o autor encontrou para resolver o problema da escassez e do conflito distributivo. A despeito destes e de outros problemas, a lição central do livro continua a falar a nosso tempo.

Há alguns anos, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman fez uma observação muito pertinente sobre um paradoxo da sociedade contemporânea, ao menos da sociedade ocidental: nós achamos que a questão da liberdade está resolvida, isto é, que vivemos numa sociedade tão livre quanto é possível. Mas, ao mesmo tempo, tendemos a crer que o mundo é do jeito que é e nada, ou muito pouco, pode ser mudado. A “estrutura básica” da sociedade – as relações sociais de produção, as formas de gestão do poder político – está dada. Ou seja, somos livres, mas não podemos mudar o curso do mundo.

Mas que liberdade é essa, em que a possibilidade de transformar o mundo está afastada?

O pensamento utópico nos ensina o contrário. A primeira lição de Thomas More é que a sociedade é organizada da forma que surge das interações entre as mulheres e os homens que a compõem. Não é possível ver na organização social um reflexo da vontade de deus (ou do mercado, que aqui cumpre a mesma função). Ela é fruto da nossa vontade coletiva – o que inclui, certamente, o fato de que algumas vontades têm hoje mais condições de se impor do que outras. Mas se trata exatamente da possibilidade de projetar uma organização social diferente, em que esse quadro seja mudado.

É por isso que é necessário um elemento utópico nas lutas pela transformação social: a visualização de um mundo diferente, alimentada pela convicção (que é correta, que é bem embasada) de que o mundo não está condenado a permanecer do jeito que é.

Em parte da tradição da esquerda, o utopismo guarda um sentido pejorativo. Marx e Engels fizeram questão de diferenciar sua visão, “científica”, dos socialismos an-

“Quando, na segunda parte do livro, o narrador descreve um mundo organizado de forma diferente, na ilha de Utopia, o que ele está dizendo ao seu público é que a sociedade não precisa ser obrigatoriamente do jeito que é”

teriores, nos quais grudaram o adjetivo “utópico” para marcá-los como irrealistas e infundados. Mas é possível entender de outra forma, vendo a utopia como sendo (nas palavras do filósofo francês André Gorz), “a visão de futuro sobre a qual uma civilização pauta seus projetos, funda seus objetivos ideais e suas esperanças”. Se é assim, o socialismo marxista também é utópico.

Como regra, porém, a crítica à utopia costuma vir do pensamento conservador, que nela vê ou uma evasão, ou, pior, uma inimiga da liberdade individual. Um sociólogo alemão, Ralf Dahrendorf, sintetizou as críticas ao afirmar que a utopia “é, pela natureza da ideia, uma sociedade totalitarista”. É um julgamento que aparece também em obras clássicas do pensamento de direita, como *A sociedade aberta e seus inimigos*, de Karl Popper, ou *Anarquia, Estado e utopia*, de Robert Nozick. Ao descrever uma sociedade ideal, a utopia negaria legitimidade a outros arranjos sociais. E ao descrever uma sociedade perfeita, exigiria a adaptação total de cada um a ela, para que nada trave seu mecanismo. A perfeição exige que o comportamento de todos seja predizível, logo não pode ser livre.

A crítica ao utopismo reflete, assim, duas ideias básicas do pensamento conservador. Primeiro, que a liberdade humana se realiza de acordo com o modelo do mercado, em que trocas autointeressadas levam a resultados indeterminados e assimétricos. Depois, que é necessário tomar cuidado com o racionalismo. A humanidade deve evitar a ideia de que o uso da razão pode levar à solução dos problemas da organização social. Todos os grandes teóricos conservadores, do setecentista Edmund Burke ao recente Michael Oakeshott, batem na mesma tecla: a razão é limitada. Devemos nos apoiar na sabedoria da experiência, acumulada durante gerações e cristalizada nas tradições e mesmo nos preconceitos. A utopia aponta na direção inversa, propondo exatamente reinventar o mundo.

A crítica ao caráter totalitário, feita pelo pensamento conservador, não é inteiramente desprovida de sentido. Há experiências históricas terríveis – da Revolução Cultural maoísta ao regime de Pol Pot, no Camboja – que mostram os perigos de um voluntarismo absoluto, disposto a implantar um novo mundo sem olhar para as circunstâncias ou para os custos humanos. A ideia do “novo homem”, o ser humano aprimorado para um mundo aprimorado, que emerge já nas utopias do Renascimento (mais do que em More, na *Cidade do Sol*, de Tommaso Campanella), carrega um inegável perigo autoritário.

Mas é igualmente autoritário congelar as pessoas e o mundo social naquilo que são hoje, como se fossem inevitáveis e imutáveis. Recusar desta forma o utopismo é, assim, negar legitimidade a qualquer alternativa ao já existente e tentar eliminar da política o dever-ser. Nas palavras do historiador polonês Bronislaw Baczko, “a invenção utópica se mostra cúmplice da invenção do espaço democrático. De fato, é apenas com a invenção deste espaço que a sociedade se dá a representação de ser fundada apenas sobre ela mesma, sobre sua ‘vontade’ livremente expressa e fundadora de sua ordem. De pronto, este espaço se oferece como um espaço social a modelar, a gerar, a reinventar”.

A narrativa utópica afirma a sociedade humana como auto-instituída – regida por normas que os homens e mulheres se deram e que, se quiserem, podem alterar. As forças conservadoras tentam, ao contrário, indicar que o mundo que temos é o único mundo possível. Em todo o projeto político transformador, há, ao menos em germe, a visão de uma sociedade nova, que ainda não existe em lugar nenhum. Sem isto, a humanidade estaria condenada a permanecer com o já existente e a disputa política seria reduzida à mera alocação de recursos

